

EDITORIAIS

MAIS TEMPO NA PRISÃO

O governo já negocia com os presidentes da Câmara e do Senado o envio ao Congresso de alteração na Lei de Execuções Penais com o propósito de aumentar o tempo de cumprimento de pena para condenados por corrupção e crimes violentos ou que representem ameaça grave. O ponto básico é uma alteração no regime de progressão de penas, estendendo da exigência atual de um sexto para metade da condenação o prazo para que o condenado tenha direito a sair do regime fechado. Considerando-se o atual contexto de violência do país e a impunidade gerada pelo regime de progressão de pena, a proposta é bem-vinda, mas precisa ser acompanhada de pelo menos duas ações urgentes: o aumento de vagas nos presídios e a melhora das condições carcerárias.

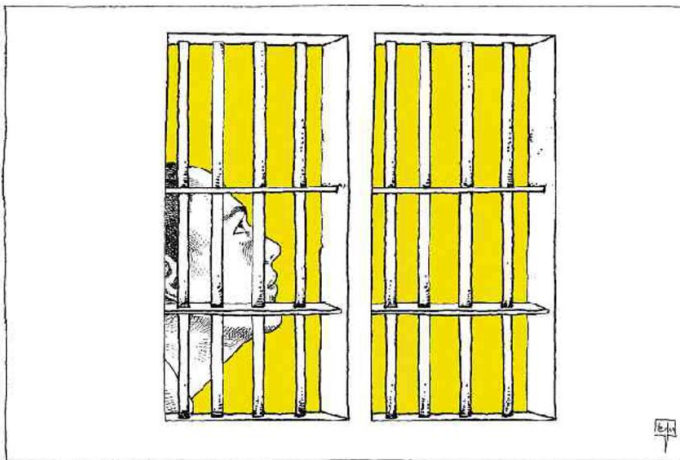
O caos no sistema prisional e a resistência do poder público em enfrentar a situação tornam oportuna também a intenção do Planalto de permitir que mais condenados por crime sem

violência ou grave ameaça cumpram pena de prestação de serviços à comunidade. O que não faz sentido é a situação atual, na qual quem é punido por crimes como estelionato, por exemplo, fica encarcerado por período equivalente ao de quem cometeu infração mais severa, como embolsar elevadas somas dos contribuintes.

O aumento no prazo de encarceramento em casos específicos também é uma bandeira do Ministério Público Federal, que incluiu a

sugestão no âmbito de um pacote de 10 medidas contra a corrupção. A dúvida é saber se o Congresso, onde já tramita proposta semelhante desde 2013, será receptivo à mudança e se os governantes conseguirão ampliar as vagas nas prisões.

A imposição de maior rigor na execução das penas é um aspecto importante para o país reduzir a impunidade. A sociedade precisa acompanhar de perto a evolução dessa proposta.



GESTÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Reportagem deste jornal sobre obras públicas atrasadas e inconclusas em Porto Alegre apontou também duas das principais causas do problema que se repete em diferentes administrações: falta de planejamento adequado e gestão pouco eficiente. Não é incomum, inclusive, que governantes anunciem com alarde uma obra, às vezes até inaugurem a pedra fundamental para colher dividendos políticos, e depois deixem a conclusão para seus sucessores. Tudo começa, portanto, pela irresponsabilidade

política, mas costuma se estender às demais etapas da execução do trabalho.

A burocracia serve de pretexto para tudo, da licitação ao planejamento malfeito, do gerenciamento ineficaz à falta de recursos no meio da obra. Mas a verdade é que a burocracia pode ser vencida, quando há vontade política para tanto. É o que propõe a cartilha elaborada pela organização internacional Project Management Institute, que reúne ideias para aprimorar a gestão pública.

Algumas sugestões parecem tão óbvias, que fica difícil de entender

por que os administradores municipais não as adotam sem precisar de ingerência externa. Uma delas é a integração entre todos os órgãos, secretarias e prestadores de serviços envolvidos no projeto. Quando cada um só se preocupa com a sua parte, sem atentar para o todo, os imprevistos ocorrem com maior frequência. Assegurar essa integração e cobrar eficiência de todos os responsáveis pela obra são tarefas irrenunciáveis do gestor.

Não há desculpa que justifique o descumprimento dessa responsabilidade.

ARTIGO

O NOVO ENSINO MÉDIO E A PEC DO TETO

SÉRGIO ROBERTO
KIELING FRANCO
Professor da Faculdade
de Educação da UFRGS



Muita coisa pode ser dita a respeito da proposta do MEC para o Ensino Médio. Vou ater-me à ideia interessante de que metade do tempo dedicado ao ensino possa ser preenchido por disciplinas ou atividades à escolha do aluno. Significa que, durante os três anos do curso, o aluno possa ter, de forma distribuída, metade das horas dedicadas a matérias consideradas obrigatórias (português, matemática, ciências da natureza e ciências humanas, segundo o texto da MP), com conteúdos definidos pela Base Nacional Comum, e a outra metade de livre escolha, entre aquelas ofertadas pela escola. Isso é um detalhe importante, pois, para esse modelo funcionar bem, a escola precisa oferecer alternativas de formação.

Uma boa escola deverá proporcionar diferentes ofertas de ensino para qualificar a formação do aluno, nas artes, nos esportes, nas ciências e nas áreas profissionalizantes. Suponhamos que uma escola ofereça como formação alternativa oito dessas possibilidades. Assim, haverá quatro áreas obrigatórias e oito disciplinas alternativas. Necessariamente, o número de opções deve ser maior, senão não seriam opções. O problema é que isso impactará no custo dessa escola, pois, havendo essas ofertas, o número de professores necessariamente deverá aumentar. Outro problema é que a oferta dessas disciplinas optativas

Como um governo que tem como principal medida o teto do gasto pode propor um modelo que aumenta custo?

exigirá investimento em infraestrutura (quadras de esportes, salas adaptadas, laboratórios) e isso é ótimo para nossos adolescentes. Mais custos. Todos sabem que uma educação de qualidade custa caro. Decorrência de todo esse raciocínio é que o custo das escolas (públicas ou privadas) deve aumentar.

Fica a pergunta: como um governo que tem como principal medida o teto do gasto público baseado em um orçamento de crise e não na arrecadação pode propor um modelo de escola que aumenta o seu custo? Será uma proposta para aumentar a distância entre a escola pública e a privada? A emenda constitucional do teto do gasto público é incompatível com a proposição de uma melhoria, de fato, da educação nacional, que precisa de muito investimento. Sim, investimento responsável, mas corajoso.

Grupo **RBS**

Presidente
Eduardo Sirotsky Melzer

CEO Mídias: Claudio Toigo Filho
CEO e Bricks: Fábio Bruggioni
Diretora de Estratégia: Luciana Antonini Ribeiro

Conselho de Administração

Carlos Melzer
Cláudio Thomaz Lobo Sander
Eduardo Sirotsky Melzer (Presidente)
Geraldo Corrêa

Jayme Sirotsky
Marcelo Sirotsky
Nelson Pacheco Sirotsky
Pedro Sirotsky

Presidente Emérito:
Jayme Sirotsky

Fundador:
Maurício Sirotsky Sobrinho (1925-1986)

Diretoria Executiva Mídias

Presidente-executivo:
Claudio Toigo Filho

Jornais: Andriara Petteirle
Televisão: Antônio Augusto Pinent Tigre
Rádios: Fabiana Fichbein Marcon
Editorial: Marcelo Rech
Finanças e Controladoria: Ibanor Polesso

ZH
ZERO HORA

Fundada em 4 de maio de 1964

Diretora de Redação
Marta Gleich
Diretor de Produto, Marketing e Vendas
Marcelo Leite
Diretor de Mercado Leitor e Operações
Sidney Zamel

zerohora.com.br